

ARTIGO



Augusto Rocha*

A Mobilidade Urbana não é um tema que siga nas pautas das cidades brasileiras, por mais que a cada dia tenhamos um número crescente de veículos motorizados, mais poluição, cidades caóticas, trânsito violento, regras de civilidade e básicas do tráfego desrespeitadas, um número crescente de radares sendo implantados e outras questões que demonstram uma quase desistência no trato do problema da mobilidade urbana.

Como no próximo ano teremos eleições para os governos estaduais, talvez seja o momento de reviver a discussão da mobilidade urbana a partir de uma evolução de reflexão para a mobilidade das áreas metropolitanas. A baixa capacidade técnica das prefeituras, somadas a uma discussão pobre no âmbito de políticas públicas inclusivas, tem levado a uma dinâmica de vigilância da velocidade e esquecimento de que o que importa é a redução do tempo e do custo nos deslocamentos cotidianos.

Um texto do IPEA, de autoria

Mobilidade metropolitana

de Vicente Lima Neto e Rômulo Orrico Filho, colocado para discussão em 2015, demonstra o quanto os Estados do Brasil estão distantes de uma atuação sistêmica do problema. De maneira geral, quando ela existe, está voltada exclusivamente para o transporte público e motorizado de passageiros, com o propósito de melhor gestão de custos. Estamos distantes do alvo ideal de colocação do cidadão no centro das discussões.

A dinâmica de aumento da fiscalização do radar está mais para uma máquina de arrecadação, na linha do “vigiar e punir” do que da abordagem da conscientização, na linha da construção de uma sociedade mais equilibrada. A falta de políticas que estimulem os rebeldes da cidade (parafraseando o livro de David Harvey, editado pela Martins Fontes), faz com que as discussões fiquem restritas aos órgãos de trânsito ou de finanças, retirando o cidadão do centro das discussões, dando uma im-

portância crescente aos veículos individuais motorizados, transformando a cidade e a metrópole em um ambiente inóspito e cheio de feudos.

A falta de adequação da cidade para as pessoas é notável e o quanto este assunto sumiu da pauta pública. O que se fala é sobre o lado financeiro ou licitatório das contratações. Não há mais debate sobre qualidade do serviço, necessidade das pessoas ou sobre os gastos. A discussão em algumas cidades sobre a possibilidade de encontrar um caminho para gratuidade para os sistemas de ônibus pode ser uma forma de reacender os debates sobre as cidades mais sustentáveis. Em Belo Horizonte, por exemplo, na semana passada a maioria dos vereadores votou contra o projeto do “Busão 0800”.

A eficiência ou ineficiência dos sistemas de ônibus são pouco discutidas e muitos municípios possuem enormes subsídios para manter a viabilidade do sistema. Por exemplo, em Ma-

naus, em fevereiro de 2025, foi anunciado pelo prefeito o custo de R\$ 1,4 bilhão em quatro anos. Enquanto se verifica um valor crescente deste subsídio, pouco se discute sobre a possibilidade de mudar o paradigma para o transporte ativo, com implantação de mais calçadas, ciclovias, ciclofaixas e outras possibilidades de mobilidade urbana.

As pessoas moram nas cidades e qualidade da vida é percebida nas cidades. Apesar da obrigatoriedade dos Planos de Mobilidade Urbana, não se vê publicidade da eficiência dos deslocamentos. As ações ativas do Ministério da Cidade precisam ganhar visibilidade e impulsionamento. Segundo o Ministério, apenas 19% dos municípios brasileiros que são obrigados a ter Planos de Mobilidade Urbana, já o possuem. Há um longo caminho para ser percorrido. Afinal, mesmo os poucos que possuem, nem sempre transformam esta política em uma letra viva para o cidadão.

*é professor da Ufam

ARTIGO



Thomaz Meirelles*

Miséria com carimbo oficial — culpa dos ex-governadores e do atual

Pouca gente sabe, mas o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) é o principal instrumento de crédito rural destinado ao pequeno produtor brasileiro. É por meio dele que milhares de agricultores financiam produção, equipamentos, sementes, adubos, máquinas e melhoria da infraestrutura rural — tudo com juros baixos e prazos longos, voltados a gerar renda, segurança alimentar e desenvolvimento local. Em Estados onde o programa funciona, o Pronaf transforma comunidades, movimenta cooperativas e fortalece o campo. Mas no Amazonas, o desempenho continua vergonhoso.

Os números falam por si. No ano passado (2024), Rondônia aplicou R\$ 2,43 bilhões em crédito do Pronaf — 34 vezes mais que o Amazonas, que destinou apenas R\$ 71,9 milhões. O Pará, vizinho de bioma e sob o mesmo Código Florestal, aplicou R\$ 1,69 bilhão, ou seja, 24 vezes mais. Os dados são oficiais, extraídos do Banco Central. Trata-se de um contraste que envergonha e expõe o quanto o pequeno produtor amazonense está sendo deixado para trás. Enquanto outros Estados da Amazônia Legal avançam, aqui o produtor enfrenta travas burocráticas e ambientais, impostas por grupos que há mais de uma década controlam a política ambiental pública do Estado.

Por trás desse atraso estão ongueiros ligados à FAS, que há 12 anos influencia diretamente a Sema, não priorizando licenciamentos e inviabilizando projetos produtivos sustentáveis. Para agravar, o Idam — órgão que deveria ser o braço técnico e de apoio ao agricultor — perde servidores qualificados por falta de salários competitivos e, pior, vem

sendo usado politicamente em vez de tecnicamente. O resultado é trágico: o produtor amazonense não acessa crédito, não amplia sua produção e não tem condições de competir com os Estados vizinhos. E esse quadro vergonhoso se arrasta há mais de duas décadas. Enquanto isso, ex-governadores Eduardo Braga e Omar Aziz, e agora Wilson Lima, seguem embalados pelo discurso ambiental importado de países poluidores que financiam ONGs e mantêm o Amazonas de joelhos — rico em biodiversidade, mas pobre em oportunidades. Não por acaso, Eduardo e Omar sequer apareceram na CPI das ONGs, onde a FAS foi chamada a prestar esclarecimentos. Em Rondônia, o governador não se curva a ongueiros — e o crédito rural circula.

No Amazonas, a paralisia tem nomes e sobrenomes, e o preço é pago pelo povo do interior. Até o momento, apenas o senador Plínio Valério tem enfrentado o tema de frente, sem medo de contrariar interesses internacionais e locais que se alimentam da pobreza amazônica. Enquanto isso, nossa política ambiental estadual segue nas mãos de representantes de fora, um mineiro e um carioca, ignorando os doutores e pesquisadores da Ufam e da UEA, que conhecem de verdade a Amazônia. O Pronaf foi criado para fortalecer o produtor, não para ser travado por burocracia e ideologia.

Resta saber quem terá coragem de romper esse ciclo de submissão e fazer o Amazonas voltar a produzir, gerar renda e ocupar seu lugar de destaque no agro nacional. Wilson tem até abril para mostrar se vai enquadrar os ongueiros ou continuar permitindo que decidam o futuro de quem vive da terra.

Eu venho avisando!

*é servidor público federal, administrador, especialização na gestão da informação no agronegócio — thomaz.meirelles@hotmail.com

ARTIGO



Flávio Guimarães*

Como profissionais e pessoas precisamos duvidar mais, criticar mais, planejar mais, determinar mais e agir mais. Os dados adquiridos devem ser transformados em informações reais e confiáveis para facilitar nossa tomada de decisão e criar o conhecimento. O desenvolvimento pessoal e profissional deve ser seguido sempre do senso crítico e da capacidade de identificar, analisar e solucionar problemas. Muitas organizações possuem miopia em relação a conceitos como custo, investimento, necessidade iminente e com isso criam problemas dificultando o aprendizado organizacional. A comunicação, o trabalho em equipe, a orientação para processos, resultados e o próprio aprendizado acaba muito comprometido quando a empresa não analisa da forma profissional como deveria. Isto acaba por criar barreiras intransponíveis dificultando com isso a chegada

Aprendizagem organizacional e pessoal. Uma necessidade constante

ao sucesso.

O senso crítico é algo extremamente necessário para podermos iniciar um processo de desenvolvimento profissional e pessoal, pois, não podemos aceitar tudo e todos pelo simples fato de já existirem, precisamos pôr em dúvida estruturas, processos e tudo relacionado às organizações que vivemos, e assim poderemos analisar, criticar, criar, desenvolver, melhorar, manter e, também, buscar a perfeição naquilo proposto por nós e por nossas organizações. Precisamos melhorar significativamente e nos capacitar para identificar, analisar e solucionar os problemas existentes. Assim, poderemos fazer a diferença e caso contrário abandonaremos sucessos que poderíamos compartilhar.

O trabalho em equipe é a base para um sucesso consistente e duradouro nas organizações. A comunicação e a

expressão fazem a diferença quando buscamos o melhor entendimento referente a necessidades e facilidades de nossas organizações, pois uma comunicação com muitos ruídos poderá deixar sequelas em todo o processo de difícil resolução prejudicando até mesmo a forma de liderar, atingir metas e objetivos traçados. O trabalho individual egoísta pensando somente em si ainda continua sendo realizado em grandes proporções em nossas organizações e como resultado temos profissionais egocêntricos possuidores de pouca ou nenhuma sensibilidade para o coletivo. Com isso aumenta exponencialmente a necessidade de buscarmos chefes com perfil de líderes para tentarmos resolver tal desequilíbrio em caráter de urgência. A dificuldade é marcante para trabalharmos a formação de uma equipe. Falta foco nas pessoas e nos processos necessários o que cria limi-

tações quando da necessidade de tomadas de decisões.

Muito pode ser feito para melhorarmos o aprendizado organizacional, podemos iniciar pela ação da dúvida, pois assim certamente conseguiremos perceber que cada dia pode ser um novo aprendizado. Criticar pode criar o equilíbrio necessário para buscarmos novos rumos e ideais a fim de transformarmos nossa gestão organizacional em referência para outros. Com certeza o fazer sempre trará como vantagem estarmos, pelo menos entre os melhores, pois o agir sempre fará a diferença e caso estejamos capacitados do modo correto com boa orientação para gerir as pessoas, os processos e os resultados, ultrapassaremos as barreiras aparentemente intransponíveis das dificuldades com dados, informações e conhecimentos suficientes para atingirmos o sucesso.

Vamos refletir sobre isto?

*é mestre pela UFPA, diretor de Educação da ABRH e coordenador dos cursos tecnológicos e da pós-graduação da Faculdade Estácio do Amazonas

ARTIGO



Reginaldo Oliveira*

Para transformar dados em informações precisamos de ferramentas, mas para transformar informações em conhecimento precisamos de tempo. O conhecimento é um conjunto formado por experiências, valores, informação de contexto, criatividade aplicada e avaliação de novas experiências e informações. O conhecimento é indissociável das pessoas; não se pode arquivá-lo em meio impresso ou magnético. É o combustível propulsor das novas tecnologias e que, por isso mesmo, vem despertando as empresas para o seu gerenciamento como um recurso precioso.

O interesse das organizações na administração do conhecimento se deve, entre outros fatores, por esse conhecimento estar muito associado à ação. O conhecimento é avaliado pelas decisões e ações que desencadeia. Um

melhor conhecimento pode levar a melhores decisões em marketing, vendas, produção, distribuição, e assim por diante. Dessa forma, as empresas passaram a se preocupar com o seu capital intelectual, com a sua inteligência competitiva, enfim, com a gestão do seu conhecimento. Com o enfoque da gestão do conhecimento começa-se a rever a empresa, suas estratégias, sua estrutura e sua cultura.

Esses fenômenos são fruto dum ambiente altamente competitivo e instável. As exigências de melhoramento contínuo de produtos e serviços têm levado as organizações a encolherem suas margens de lucro, controlar rigorosamente os custos, diminuir o ciclo de desenvolvimento de novos produtos; agregar valor, qualidade, inovação, flexibilidade, agilidade, velocidade etc, a todos os

seus processos. Obviamente, isso exige uma convergência de esforços altamente sincronizada, pois somente seres humanos competentes e devidamente qualificados poderão construir ou prestar serviços com qualidade.

A qualificação do corpo produtivo de uma organização em face dessas questões é que vem determinando o seu grau de sobrevivência e adaptabilidade aos padrões de conformidade exigidos pelo mercado. Nesse momento o capital intelectual adquire força e importância que, na realidade, sempre teve. Só que agora é ele que vem se tornando o diferencial estratégico em meio à acirrada concorrência internacional.

É bom lembrar que já estamos no caminho da reforma tributária que promete sacudir a dinâmica empresarial. O cenário que

está sendo desenhado no horizonte mostra imensos desafios adaptativos, uma vez que não se trata apenas de substituir uma coisa pela outra. Os impactos serão suficientes para demolir vícios e práticas tortuosas que nasceram dum manicômio fiscal doentio. Na verdade, foram construídas imensas estruturas econômicas em cima do entulho normativo que será varrido em poucos anos. Desse modo, e sem lastro, como tais estruturas pretendem sobreviver?

Curiosamente, meio mundo de gente se mantém alheia aos movimentos do legislador em torno da reforma tributária. Consequentemente, não procura saber das implicações nas rotinas empresariais, nos contratos, na formação de preço e, principalmente, no preparo das equipes setoriais. Ocorre que, sem capa-

tação e sem planejamento vamos presenciar uma agitação de quem deixa tudo pra última hora. Se o patrão não investe na qualidade técnica da sua equipe, o profissional antenado já se adiantou na jornada ao novo mundo permeado de revoluções normativas, inteligência artificial, cenários disruptivos etc. Esse profissional sabe que a expectativa de rebuliços nos anos vindouros alerta para ajustamentos a uma realidade ainda em construção. Isso só é viável para quem enxerga além das obviedades.

Em face de tantas possibilidades e de um cenário desafiador, o profissional deve, portanto, tomar consciência de todo esse conjunto de fenômenos que tem favorecido o reconhecimento das suas competências, e trabalhar para competir nesse mercado de talentos

que vem premiando aqueles que têm o poder de definir o sucesso ou o fracasso de uma organização.

O comportamento sagaz de se adiantar aos fatos define vencedores. A poderosa Bemol colhe nos dias hodiernos os frutos plantados lá atrás. E no momento atual, está pavimentando o caminho que possibilitará uma travessia sem atropelos ao destino planejado. Ela nos ensina que tudo é construção. Seus concorrentes desejam o mesmo sucesso, mas não querem pagar o preço. Ou seja, não querem se organizar, não querem planejar e não querem investir na capacitação dos funcionários. Curta e siga @doutorimposto. Outras centenas de artigos estão disponíveis no site www.next.cnt.br como também, informações sobre treinamentos online e presencial.

*é consultor empresarial, palestrante, professor e especialista em capacitação profissional nas áreas de ICMS. doutorimposto@hotmail.com